

Resenha do trabalho: “Da periferia à centralidade: reestruturação do espaço e valorização imobiliária no bairro do Jaguaré, São Paulo”, de Livia Maschio Fioravanti

Rafael Faleiros de Padua

O trabalho que agora é publicado, originalmente uma pesquisa realizada como requisito da graduação em Geografia na USP, mostra uma reflexão amadurecida sobre o movimento da urbanização contemporânea da metrópole. Revela um processo de formação avançado, uma pesquisadora que se utiliza dos muitos recursos da Geografia (sem se restringir a ela) para pensar a cidade e o urbano, negando o movimento da especialização extrema das ciências. Isso é evidenciado pela bibliografia utilizada, assim como pelo importante material cartográfico e fotográfico do trabalho, além de tabelas e material de arquivo, que a pesquisadora produziu e/ou adaptou para sua pesquisa, e do qual se utiliza com refinado domínio. Dessa maneira, o que se coloca no primeiro plano desde o início é o modo como podemos apreender a realidade social, o esforço de compreender os processos que se realizam concretamente na cidade. Através do estudo da transformação do Jaguaré, onde o setor imobiliário avança velozmente com a construção de novos grandes empreendimentos, a autora mostra como as estratégias espaciais modificam radicalmente a vida dos moradores, transformando os lugares da vida na metrópole.

Agnes Heller, no livro *Filosofia Radical* diz que a radicalidade do pensamento marxista está no fato de que a medida desse pensamento é a humanidade, ou seja, é um pensamento que analisa a realidade, mas carrega em si um projeto, a virtualidade que orienta o processo. É um pensamento que não se contenta em explicar, mas que está voltado para a transformação da realidade. O trabalho de Livia tem essa radicalidade, mostrando como o processo de reestruturação do Jaguaré arrasa lugares da vida de uma população pobre da cidade. Com muita sensibilidade, ela mostra a vida das pessoas, dos favelados, que são mobilizados pelo processo de valorização, e é aí, na vida das pessoas e nos conflitos que esses processos provocam, que se encontram os conteúdos da urbanização contemporânea.

É muito interessante o movimento do seu trabalho, que vai da formação do Jaguaré como um lugar industrial na periferia até a sua tendência contemporânea a ser forjado como uma nova centralidade na metrópole. Hoje, quando se fala de lugares

industriais, ou de antigos lugares industriais, passa-se a idéia de que são lugares deteriorados, onde há somente grandes galpões de antigo uso industrial desocupados, com uma paisagem degradada e que, a partir dessa perspectiva, necessita ser “revitalizado”. Esse é o discurso dominante, dos agentes hegemônicos da produção do espaço. A pesquisa mostra muito bem a partir do caso do Jaguaré que esses lugares não são somente espaços degradados, que não tem somente edifícios de antigo uso industrial deteriorados, mas são lugares que tem uma vida social consolidada, são lugares onde as pessoas construíram a sua inserção, muitas vezes extremamente precária, na metrópole, uma história de grande parcela da população de São Paulo, desde o início marcada pela segregação. No Jaguaré as histórias dos moradores revelam a reprodução da vida nos limites das possibilidades do urbano, no drama das favelas onde a vida se reproduz em extrema precariedade, marcada pelo ritmo da indústria e agora, pela reprodução da urbanização da metrópole.

Nas estratégias dos agentes da produção do espaço ficam claras as ações de expulsão dos pobres, e quando não se consegue expulsá-los tenta-se escondê-los para que não atrapalhem o processo de valorização dos lugares. Nos discursos oficiais esses lugares, onde vive uma população empobrecida, aparecem como espaços vazios a serem manejados pelas estratégias dos agentes da produção do espaço, para os quais se tratam de espaços obsoletos e que necessitam ser “requalificados”. A obsolescência do espaço representa também a obsolescência das pessoas que moram nesse espaço. Os moradores são perpassados pelas estratégias da valorização do espaço, sobretudo os mais pobres, os favelados. Mas não somente os favelados serão mobilizados, eles são os primeiros, mas também uma classe média-baixa moradora do lugar será também mobilizada pelo movimento da valorização do espaço ali.

A autora mostra que a condição de favelado já representa uma precarização da vida, em que muitos dos moradores são pessoas que foram expulsas de outros lugares e estão ali já como uma reconstrução de suas vidas na metrópole. Agora, eles são novamente ameaçados com nova expulsão, mostrando que a mobilidade arbitrária e violenta marca a vida da população mais pobre da metrópole. É recorrente as notícias de remoção de favelas, ocupações com 20, 30, 40 anos de existência, com argumentos “urbanísticos” de que a cidade necessita de mais áreas verdes, apagando do mapa lugares da vida das pessoas que construíram a sua moradia com o trabalho de sua própria família.

Vivenciamos um movimento contínuo de transformação da metrópole, mas que no momento atual ganha a especificidade da velocidade acelerada e a radicalidade das transformações dos lugares, respeitando as necessidades da reprodução do espaço comandada pelo capital financeiro na totalidade da metrópole. Para que o processo se realize, o Estado desempenha um papel fundamental. Estamos diante do fato de que o espaço se torna cada vez mais raridade em São Paulo. As regiões mais valorizadas tem seus estoques de terrenos quase esgotados, mas o mercado imobiliário (a articulação do setor da construção civil, o capital financeiro e o setor imobiliário) precisa se expandir (cada vez de maneira mais acelerada), para se reproduzir. Dessa maneira, os espaços de desindustrialização, como podemos chamar essas regiões onde há o retraimento da indústria, aparecem como uma saída para as estratégias desses agentes hegemônicos da produção do espaço para a produção de novas fronteiras econômicas no urbano. Assim, esses espaços de desindustrialização como o Jaguaré, antigos espaços industriais até bem pouco tempo considerados periféricos, são tomados por essas estratégias, pois tem grandes terrenos, com mais facilidade de negociação, com alguma infraestrutura e boa acessibilidade, além de um preço menor. Dessa maneira a sua localização ganha outro sentido na metrópole, um outro lugar é produzido, negando as características do lugar existente. É fundamental nessa operação a produção de um novo lugar na metrópole, a transformação radical do lugar, para que ele se realize como um lugar de valorização.

O processo é alavancado pelos setores privados, mas o Estado garante a realização dos interesses do setor imobiliário, transformando ideologicamente os interesses do setor privado em interesses da sociedade como um todo. Nesse sentido, as operações urbanas são instrumentos fundamentais de remanejamento do espaço, numa agilização promovida pelo Poder Público para a realização do setor imobiliário nos lugares. Apesar dos documentos oficiais apresentarem referências à função social da propriedade, fala-se também em uma função social da cidade, em diminuição das desigualdades, em direito à cidade, etc., o que se efetiva são as parcerias do Poder Público com o setor privado. O que se refere ao social é muito vago, e as ações do Poder Público acabam seguindo as leis do mercado, embasadas em uma potentíssima ideologia do progresso, como se o crescimento econômico de regiões da cidade significasse o desenvolvimento social e propiciasse um “equilíbrio social”. Lívia mostra que o resultado das ações dos agentes hegemônicos da produção do espaço é a segregação em suas formas mais bem elaboradas da atualidade.

Nesse sentido, outra contribuição importante do seu trabalho é em relação ao discurso urbanístico. A cidade, nesse discurso, é tomada como desenho urbano, restrita à paisagem, investigada através de índices urbanísticos. A autora revela como o pensamento urbanístico hoje se revela como técnica aliada à burocracia para justificar as ações que transformam profundamente os espaços urbanos. A ideologia do progresso, do “desenvolvimento” da cidade, é de tal maneira potente que é reproduzida muitas vezes até por aqueles que são segregados de seus espaços da vida, que são expulsos dos lugares em nome do “progresso”.

Refletindo sobre o movimento da pesquisa, há um antes e um depois do lugar. Antes um espaço com uma sociabilidade específica, marcado pela condição de espaço industrial. Agora se trata de um espaço que tendencialmente se coloca como um lugar de valorização, com a constituição de uma sociabilidade diferente da anterior que vai sendo imposta no Jaguaré. Assim, tempos diferentes se realizam simultâneos nesse momento atual de passagem, quando antigas relações do lugar vão sendo destituídas pelas novas relações. Os espaços habituais de sociabilidade da população antiga do lugar vão sendo destituídos (os bares, a indústria, a rua, e mesmo as casas, os barracos), e uma nova sociabilidade se impõe, com a chegada dos novos grandes condomínios-clube, os “novos produtos imobiliários”, realizando uma série de pressupostos ideológicos, a segurança, o lazer, a qualidade de vida, a sustentabilidade, negando o lugar enquanto espaço de compartilhamento, e transformando-o em uma mera localização, destituindo os espaços qualitativos da população antiga, mesmo que residuais. Nega-se o espaço público, encarado como ameaça, pobreza, que deve ser evitado, reforça a cidade do carro, que é vivida numa extrema fragmentação da vida cotidiana, em espaços momentos específicos, entre iguais. É a produção de uma urbanização desurbanizante, que a autora mostra em seus conteúdos mais refinados, trazendo uma importante contribuição para o entendimento das contradições da urbanização contemporânea de São Paulo.